

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

a member of mgiworldwide

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do Auditor Independente	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do superávit	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	7



Rua Dr. Manoel Pedro, 365 Conj. 1601- Cabral 80035-030, Curitiba-PR Tel.: +55 41 3044-6127 +55 41 3319-7164 www.mgiassurance.com.br

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da **Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida ("Associação") em 31 de dezembro de 2019, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida em 31 de dezembro de 2019 e o superávit nesse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral n° 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e em 05 de dezembro de 2019 emitimos nossa opinião com ressalva sobre a ausência de controles dos bens integrantes do ativo imobilizado conciliados com os registros contábeis. Durante o exercício findo em 2019, a Associação efetuou o levantamento físico dos bens do ativo imobilizado, a avaliação dos valores de uso e a revisão das vidas úteis remanescentes, registrando os ajustes contábeis, conforme descrito na Nota explicativa nº 5. Dessa forma, não estamos incluindo ressalva sobre o assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração do balanço patrimonial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A administração da Associação é responsável pela governança da Associação e pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida São Paulo - SP

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis da Associação, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 07 de outubro de 2020.

Karin Monchak

Contadora - CRC-1PR26.371/O-9

MGI Assurance Auditores Independentes S/S

CRC-1PR007392/O-3

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
		Reapresentado
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) Outras contas a receber	532.189,41 11.128,00	502.076,22 12.989,31
Não circulante	543.317,41	515.065,53
Imobilizado (Nota 5) Intangível (Nota 6)	5.533.024,30	1.448.946,23 10.766,74
	5.533.024,30	1.459.712,97
Total do ativo	6.076.341,71	1.974.778,50
Passivo Circulante		
Salários e encargos sociais (Nota 7) Obrigações tributárias	161.328,90 446,92	130.414,56 1.144,59
	161.775,82	131.559,15
Patrimônio líquido		
Patrimônio social Superávit do exercício	5.730.283,07 184.282,82	1.486.832,01 356.387,34
	5.914.565,89	1.843.219,35
Total do passivo e patrimônio líquido	6.076.341,71	1.974.778,50

Demonstração do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Sem restrição		
Receitas operacionais		
Atividades de assistência social (Nota 8)		
Receita de doações – PF	1.090.587,11	1.064.324,72
Receita de doações – PJ	21.385,24	283.390,52
Receita de isenção do INSS – Lei 12.101/09, art.29	235.891,82	169.015,21
Receita de crédito da NFP - SEFAZ	817.397,30	517.778,81
Receita de doações do exterior	6.926,95	
	2.172.188,42	2.034.509,26
Custos da atividade	2.172.100,42	2.004.000,20
Assistência social (Nota 9 e 10)	(174.417,91)	(169.439,07)
Resultado bruto	1.997.770,51	1.865.070,19
Despesas operacionais (Nota 10)		
Salários e encargos sociais	(1.323.537,92)	(1.028.980,52)
Despesas administrativas	(355.278,89)	(354.992,02)
Depreciações e amortização	(111.181,01)	(120.465,33)
Tributárias	(3.903,92)	(8.399,08)
	(1.793.901,74)	(1.512.836,95)
Outras receitas operacionais (Nota 11)		
Receitas financeiras	3.379,54	22.771,80
Despesas financeiras	(22.965,49)	(18.617,70)
	(19.585,95)	4.154,10
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Superávit do exercício	184.282,82	356.387,34

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Patrimônio social	Superávit	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.428.952,94	93.029,07	1.521.982,01
Transferência do superávit de recursos sem restrição	93.029,07	(93.029,07)	-
Superávit do exercício		356.387,34	356.387,34
Em 31 de dezembro de 2018	1.521.982,01	356.387,34	1.878.369,35
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 2b)	(35.150,00)		(35.150,00)
Em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	1.486.832,01	356.387,34	1.843.219,35
Transferência do superávit de recursos sem restrição	356.387,34	(356.387,34)	-
Ajuste de avaliação a valor de mercado de bens do ativo permanente (Nota 5)	3.887.063,72	-	3.887.063,72
Superávit do exercício		184.282,82	184.282,82
Em 31 de dezembro de 2019	5.730.283,07	184.282,82	5.914.565,89

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais Superávit do exercício	184.282,82	356.387,34
Ajustes Depreciações e amortização	111.181,02	120.465,33
Superávit ajustado	295.463,84	476.852,67
Aumento/redução de ativos e passivos Outras contas a receber Salários e encargos sociais Obrigações tributárias Outras contas a pagar	1.861,31 30.914,34 697,64	(7.328,93) 17.874,40 145,61 (637,53)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	328.937,16	486.906,22
Fluxo de caixa das atividades de investimento Adições do ativo imobilizado	(297.428,63)	(309.899,28)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(297.428,63)	(309.899,28)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	30.113,19	177.006,94
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	502.076,22	325.069,28
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	532.189,41	502.076,22

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação "Casa do Pequeno Cidadão Nossa Senhora Aparecida" (Associação), foi fundada em 05 de dezembro de 2007, cuja sede está localizada na Rua Aliança Liberal, 84, Vila Leopoldina, São Paulo - SP, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial. Tem por objetivo dar proteção às crianças em regime excepcional, provisório ou transitório obedecendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Possui as aprovações CMDCA Nº 1343/2007, COMAS Nº 137, Declaração de Utilidade Pública e registro na SEDS.

A Associação tem por finalidade:

- Acolher crianças de 0 a 17 anos e onze meses, que perderam vínculos familiares, especialmente as órfãs de pai e/ou mãe;
- Proporcionar aos abrigados: ensino, alimentação, assistência médica e odontológica, moral, material e religiosa; bem como frequência à escola, orientação profissional e todo o suporte que se fizer necessário ao crescimento pessoal dos atendidos no que tange à educação, honestidade, ocupação, religiosidade e cidadania;
- Acolher na forma de república de jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade social, econômica e familiar;
- Realizar atividades de assistência social e apoio a crianças e jovens e mm situação de vulnerabilidade social e familiar.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 07 de outubro de 2020.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica Geral nº 2002 (R1) – Associação sem Finalidade de Lucros, complementada pelo pronunciamento técnico NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas.

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Atendendo ao disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, Item 43, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram corrigidas diferenças não conciliadas sobre valores de adiantamentos a receber anteriores a 31 de dezembro de 2017, conforme demonstramos a seguir:

	Outras Contas a Receber	Patrimônio Líquido
Conforme anteriormente apresentado	48.139,31	1.878.369,35
i) Baixa de saldo não conciliado	(35.150,00)	(35.150,00)
Saldos reapresentados	12.989,31	1.843.219,35

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das práticas contábeis

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, pelo regime de competência.

A subvenção governamental é recebida na forma de compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para finalidade de dar suporte financeiro imediato à Associação sem qualquer despesa futura relacionada, e, conforme previsto na norma técnica NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, é reconhecida como receita no período em que se torna recebível.

As receitas de doações são compostas por:

- a) Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Programa Nota Fiscal Paulista, onde a Associação recebe créditos e bilhetes para concorrer aos sorteios a partir de:
 - a. Cupons fiscais relativos às suas aquisições próprias;
 - b. Doação de cupons fiscais sem CPF, realizada pelos próprios consumidores a favor da Associação, por meio do sistema da Nota Fiscal Paulista;
 - c. Doação automática de cupons fiscais com CPF, cuja opção pode ser realizada pelo consumidor diretamente no sistema da Nota Fiscal Paulista.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

Despesas

As despesas abrangem todos os gastos incorridos direta ou indiretamente, na execução das atividades de assistência social, reconhecidos pelo regime de competência dos exercícios.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós fixados resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, que se equipara ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado e o intangível são registrados pelo custo de aquisição. O valor de mercado e vida útil técnica e econômica remanescente de edifícios, terrenos e bens móveis está registrado com base em Laudo Técnico de Avaliação, realizado em outubro de 2019. A depreciação/amortização é calculada linearmente ao longo da vida útil remanescente dos ativos.

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação/amortização
Terrenos	<u>-</u>
Máquinas e equipamentos	10% a 25%
Móveis e utensílios	5% a 20%
Veículos	10%
Computadores e periféricos	5% a 12%

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado/intangível é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Tributação

Imunidade tributária

A Associação é beneficiada com a imunidade tributária prevista na Constituição Federal, artigo 150, bem como atende aos requisitos do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/66) Art. 14, incisos I, II e III.

Isenção

A Associação, por atender aos requisitos do Art. 29 da Lei 12.101/09, faz jus à isenção do pagamento da contribuição a cargo da Associação, destinada à Seguridade Social.

Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil NBC TG 03 (R2) -Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Conta corrente bancária	170,167,84	4.972,71
Aplicações financeiras	362.021,57	320.096,57
	532.189,41	325.069,28

As aplicações financeiras estão classificadas como mantidas para negociação e foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Essas aplicações, fundos de investimento em renda fixa, com rendimentos compatíveis com a variação do CDI.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Imobilizado

		2019				
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	2.427.319,63	-	2.427.319,63	312.000,00	-	312.000,00
Edificações	2.999.934,00	(198.832,52)	2.801.101,48	1.353.047,97	(424.114,03)	928.933,94
Máquinas e equipamentos	119.311,18	(47.781,17)	71.530,01	127.205,89	(94.850,75)	32.355,14
Móveis e utensílios	109.740,02	(42.140,94)	67.599,08	176.301,86	(128.150,26)	48.151,60
Veículos	175.394,00	(32.677,26)	142.716,74	284.880,24	(157.374,69)	127.505,55
Equipamentos de informátic	a 24.681,68	(1.924,32)	22.757,36	107.302,99	(107.302,99)	
	5.856.380,51	(323.356,21)	5.533.024,30	2.050.839,67	(911.792,72)	1.448.946,23

Em outubro de 2019, a Associação contratou a empresa especializada Setape Engenharia de Avaliações, que realizou o inventário físico dos bens integrantes do ativo imobilizado, atribuição de valores de uso e cálculo da vida estimada. Os ajustes foram efetuados, conforme demonstramos a seguir:

	Custo	Depreciação acumulada	Ajuste de Avaliação - Custo	Ajuste de Avaliação - Depreciação	Ajuste depreciação do exercício	Valor residual
Terrenos	312.000,00	-	2.115.319,63	-	-	2.427.319,63
Edificações	1.641.546,18	(491.304,54)	1.358.387,82	292.472,02	19.656,22	2.801.101,48
Máquinas e equipamentos	146.448,89	(215.112,71)	(27.137,71)	167.331,54	-	71.530,01
Móveis e utensílios	162.972,80	(124.192,38)	(53.232,78)	82.051,44	-	67.599,08
Veículos	284.880,24	(196.673,25)	(109.486,24)	163.995,99	-	142.716,74
Equipamentos de informática	108.602,98	(13.630,60)	(83.921,30)	11.706,28		22.757,36
	2.656.451,09	(1.040.913,48)	3.199.929,42	717.557,27	19.656,22	5.533.024,30

6. Intangível

		2019			2018			
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual		
Softwares				17.000,00	(6.233,26)	10.766,74		
	<u> </u>		<u> </u>	17.000,00	(6.233,26)	10.766,74		

Em outubro de 2019, a Associação contratou a empresa especializada Setape Engenharia de Avaliações, que realizou o inventário físico dos bens integrantes do ativo iintangível, atribuição de valores de uso e cálculo da vida estimada. Os ajustes foram efetuados, conforme demonstramos a seguir:

	Custo	Amortização acumulada	Ajuste de Avaliação - Custo	Ajuste de Avaliação – Amortização	Ajuste amortização do exercício	Valor residual
Softwares	17.000,00	(9.633,22)	(17.000,00)	6.233,26	3.399,96	<u> </u>
_	17.000,00	(9.633,22)	(17.000,00	6.233,26	3.399,96	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	2019	2018
Provisão para férias	84.802,49	65.358,98
Salários a pagar	52.308,00	47.350,99
INSS a recolher	12.373,36	6.645,80
FGTS a recolher	7.989,18	6.995,15
Demais encargos sociais	3.855,87	3.945,87
	161.328,90	130.414,56

Os dirigentes estatutários, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores não recebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos atos constitutivos da Associação.

8 Receita operacional

8.	Receita operacional		
		2019	2018
	Atividades de assistência social		
	Receita de doações – PF	1.090.587,11	1.064.324,72
	Receita de crédito da NFP - SEFAZ	817.397,30	517.778,81
	Receita de isenção do INSS – Lei 12.101/09, art.29	235.891,82	169.015,21
	Receita de doações – PJ	21.385,24	283.390,52
	Receita com doações recebidas do exterior	6.926,95	
		2.172.188,42	2.034.509,26
		2.172.100,42	2.004.000,20
•			
9.	Custos da atividade de assistência social		
		2019	2018
	Assistência médica e medicamentos	75.599,24	88.894,95
	Alimentação	48.457,38	17.110,66
	Instrução	44.889,00	44.889,06
	Transporte	5.472,29	10.437,70
	Outros custos		8.106,70
		174.417,91	169.439,07
10.	Despesa por função e natureza		
		2019	2018
	Doopooo por função:		

1

	2019	2018
Despesa por função:		
Despesas operacionais	1.793.901,74	1.512.836,95
Custos da atividade de assistência social	174.417,91	169.439,07
	1.968.319,65	1.682.276,02

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado financeiro líquido

11.

Despesa por natureza: Despesas com salários Despesas com encargos sociais Manutenção e conservação Despesas com assistência social Depreciações e amortização Demais despesas administrativas Serviços de terceiros Despesas tributárias Aluguéis	2019 1.004.718,61 318.819,31 249.605,04 174.417,91 111.181,02 53.968,99 50.704,86 3.903,91 1.000,00	784.139,48 244.841,04 178.423,25 169.439,07 120.465,33 113.163,11 40.405,67 8.399,08 23.000,00
	1.968.319,65	1.682.276,02
Outras receitas operacionais		
	2019	2018
Receitas financeiras Receitas de aplicações financeiras	3.379,54	22.771,80
	3.379,54	22.771,80
Despesas financeiras Despesas bancárias Despesas de cobrança Outras despesas financeiras	(12.888,88) (6.229,40) (3.847,21)	(9.116,91) (9.493,37) (7,42)

(22.965,49)

(19.585,95)

(18.617,70)

4.154,10